

ESP-DEPTO.ESTADUAL HOMIC. E PROTECAO A PESSOA

Edital 6/2026

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

CONTRATANTE (UASG)

(180128)

OBJETO

Aquisição de material de consumo (pneus e baterias).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 196.806,70

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/06/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

menor preço por item

MODO DE DISPUTA

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	180128-ESP-DEPTO.ESTADUAL HOMIC. E PROTECAO A PESSOA	GLAUCUS MARTINS FIGUEIREDO LIMA	22/05/2026 11:03 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	6/2026	058.00023702/2026-15

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	9
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	12
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	12
11.	DOS RECURSOS	12
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	12
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	17

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HOMICÍDIOS E DE PROTEÇÃO À PESSOA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

(Processo Administrativo SEI nº 058.00023702/2026-15)

Torna-se público que o **Estado de São Paulo**, por meio do **Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa - DHPP**, sediado **na rua Brigadeiro Tobias, 527, 5º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP 01032-902**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **aquisição de material de consumo (pneus e baterias), enquadrando-se como fornecimento com entrega imediata de bens comuns**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. **A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.**

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. **A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.**

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. **Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.**

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 (todos) a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. **Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 3.11. **Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 3.11.1. **Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.**

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, **empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
- 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresa de pequeno porte **e as cooperativas** que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte **e equiparadas**, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte **e equiparadas**, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte **ou sociedade cooperativa equiparada**.

4.4.6. **O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.**

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **Valor unitário e total do item;**

5.1.2. **Marca;**

5.1.3. **Fabricante;**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. O fornecedor que for pessoa física não empresária, ao ofertar sua proposta ou lance, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, que constitui obrigação da Administração Contratante, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

5.11.1. O valor acrescido a título de contribuição patronal à Seguridade Social de que trata a subdivisão acima deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por ocasião da liquidação e pagamento em contratação que venha a ser celebrada.”.

5.12. Na hipótese de que trata o § 1º do art. 18-B da Lei Complementar nº 123, de 2006, o fornecedor que for Microempreendedor Individual (MEI), ao ofertar sua proposta ou lance, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, que constitui obrigação da Administração Contratante, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

5.12.1. O valor acrescido a título de contribuição patronal à Seguridade Social de que trata a subdivisão acima deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por ocasião da liquidação e pagamento em contratação que venha a ser celebrada.”.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **1% (um por cento) do valor total estimado para cada item.**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 6.11.1. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.**
- 6.11.2. **A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.**
- 6.11.3. **Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.**
- 6.11.4. **Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.**
- 6.11.5. **Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.**
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. **Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do item 3.5.**
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo** definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
 - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
 - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
 - 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
 - 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
 - 8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
 - 8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.
 - 8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito (s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

- 8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico **envio de e-mail para licitacao.dhpp@policiacivil.sp.gov.br**.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
 - 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;

- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 20% a 30% do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 10% a 20% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se

justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): **por e-mail enviado para licitacao.dhpp@policiacivil.sp.gov.br**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas **no sistema**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. **A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.**

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a **emissão de nota de empenho**, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1 O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2 O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1 de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2 de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3 de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4 de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5 dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6 de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I – Termo de Referência;

14.15.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

14.15.3. ANEXO III – Modelo referente a planilha de proposta;

14.15.4. ANEXO IV - Modelo(s) de declaração (ões);

14.15.5. ANEXO IV – Planilha orçamentária.

São Paulo, na data da assinatura digital.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GLAUCUS MARTINS FIGUEIREDO LIMA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 22/05/2026 às 11:03:54.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - OUTRO180128_000009_2026.pdf (155.46 KB)
- Anexo II - ETP180128_000005_2026 (3).pdf (108.07 KB)
- Anexo III - nota de empenho.pdf (95.99 KB)
- Anexo IV - planilha de proposta.pdf (43.23 KB)
- Anexo V - modelo_declaracoes.pdf (63.11 KB)
- Anexo VI - SEI_0104018081_Planilha_de_Pesquisa_de_Precos (2).pdf (43.67 KB)

ESP-DEPTO.ESTADUAL HOMIC. E PROTECAO A PESSOA

Termo de Referência 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	180128-ESP-DEPTO.ESTADUAL HOMIC. E PROTECAO A PESSOA	GLAUCUS MARTINS FIGUEIREDO LIMA	08/05/2026 16:33 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	6/2026	058.00023702/2026-15

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HOMICÍDIOS E DE PROTEÇÃO À PESSOA - DHPP

(Processo Administrativo SEI nº 058.00023702/2026-15)*tr_licitacao_aquisicao_lei_14-133_ESP_07_01_2026*

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **material de consumo (pneus e baterias)**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL 2025	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Pneumatico para Automovel; leve; construção radial; estrutura normal; dimensões 185/65r15; aro 15 ; capacidade de carga Ic 88, vel. H, resist. ao rolamento "b", aderência piso molhado "c", nível ruído externo de até 71db; novo (primeira Vida), com certificado compulsória Inmetro, Port. 544/12, e com programa brasileiro de etiquetagem.	275585	Unidade	64	530,16	33.930,24
2	Pneumatico para Automovel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensoes 175/65 R14; Aro 14 , Resistencia Ao Rolamento C, Aderencia Em Pisomolhado C, Nivel de Ruído 72db; Capacidade de Carga Ic 82, Velocidade "t"; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544/12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem de Pneus;	344268	Unidade	32	410,97	13.151,04
3	Pneumatico para Utilitario; Dimensoes 265/60r18 ; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 18; Ic 112 T, Resistencia Ao Rolamento "c", Aderencia pista Molhada "c", Ruído 74; Treadwear 600 ou superior; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544/12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	617720	Unidade	24	1220,84	29.300,16

4	Pneumatico para Utilitário; Dimensoes 215/65 r16 ; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 16; Ic 98 T, Resistencia Ao Rolamento "c", Aderencia pista Molhada "c", Ruído 74; Treadwear 340 ou superior; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544/12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	617719	Unidade	16	824,40	13.190,40
5	Pneumatico para Automovel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensoes 195/55r16 ; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 91 V, Resistencia a Rolamento "b", Aderencia Pista Molhada "c", Ruído 74db; Treadwear 300 ou superior; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	446723	Unidade	20	749,94	14.998,80
6	Pneumatico ; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensoes 235/75 r15; Aro 15 ; Capacidade de Carga Ic 91; índice de velocidade S, Resistencia a Rolamento "e", Aderencia Pista Molhada "c", Ruído 74db; Treadwear 300 ou superior; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	362570	Unidade	19	839,89	15.957,91
7	Pneumatico para Utilitário; Dimensoes 215/60 r17 ; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 17; Ic 96 índice de velocidade H ou superior, Resistencia Ao Rolamento "c", Aderencia pista Molhada "c", Ruído 74; Treadwear 500 ou superior; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544 /12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	630854	Unidade	20	1.466,45	29.329,00
8	Pneumatico ; Construção Radial; Estrutura normal; Dimensoes 205/55 r16; Aro 16 ; Capacidade de Carga Ic 91; índice de velocidade V, Resistencia a Rolamento "c", Aderencia Pista Molhada "c", Ruído 74db; Treadwear 340 ou superior; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	275418	Unidade	20	591,31	11.826,20
9	Pneumatico ; Construção Radial; Estrutura normal; Dimensoes 205/60 r15; Aro 15 ; Capacidade de Carga Ic 91; índice de velocidade H, Resistencia a Rolamento "c", Aderencia Pista Molhada "c", Ruído 74db; Treadwear 340 ou superior; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	625380	Unidade	8	977,00	7.816,00
10	Bateria Automotiva ; tensão nominal: 12 V; capacidade nominal: 90 AH, Cca 710 (no mínimo); positivo lado direito; terminal polo arredondado, dimensão: comp. 320mm x larg. 171mm x Alt. 226mm (tolerância de 2%); selada, livre de manutenção; peça fabricante genuína de uma montadora de veículos, 1ª linha; garantia de 24 meses; deve atender à norma ABNT Nbr 15940 de 2019 e estar em conformidade com a Resolução Conama Nr. 401 de 04/11/2008.	245348	Unidade	4	1.102,30	4.409,20
11	Bateria Auxiliar de Partida (Jump Starter) ; tensão nominal: 12 V; corrente de partida: 500 A (no mínimo); indicado para partida emergencial de veículos leves com bateria de 12 V; bateria interna recarregável, selada, livre de manutenção; cabos de partida com garras tipo jacaré, isoladas e de alta resistência; sistema de proteção contra inversão de polaridade, curto-circuito, sobrecarga e sobreaquecimento; indicador de nível de carga da bateria (analógico ou digital); recarga em rede elétrica bivolt (127/220 V) e/ou por adaptador veicular 12 V; possuir, no mínimo, 1 saída auxiliar 12 V tipo acendedor automotivo ou porta USB; estrutura em material resistente a impactos, com alça para transporte; cabo de alimentação para recarga; garantia mínima de 12 meses; com identificação de marca, modelo e características técnicas no corpo do equipamento; deverá atender às normas de segurança elétrica aplicáveis no Brasil,	636722	Unidade	25	915,91	22.897,75

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da data da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.4.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

1.4.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

1.4.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.3. Não obstante o prazo estipulado na subdivisão anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

1.5. O instrumento substitutivo de contrato (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

1.6. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 19/03/2025.

1.7. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.7.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.7.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.7.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.8. É obrigação do Contratante responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

Subcontratação

1.9. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 446377800000127-0-000083/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 16/06/2025;

III) Id do item no PCA: 41 e 90;

IV) Classe/Grupo: 6140- BATERIAS RECARREGÁVEIS e 2610 - PNEUS E CÂMARAS DE AR, EXCETO OS DE AERONAVES;

V) Identificador da Futura Contratação: 180128-6/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1 Certificação compulsória conforme a Portaria Inmetro nº 544, de 25 de outubro de 2012, e suas atualizações, devendo os produtos estar devidamente certificados no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC).

4.1.2. Os pneus deverão possuir registro ativo no Inmetro.

4.1.3. Atendimento ao Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), com apresentação da etiqueta nacional de conservação de energia;

4.1.4. Os produtos deverão ser novos, não sendo admitidos pneus reformados, remoldados ou recapados .

4.1.5. Os pneus deverão apresentar identificação completa no flanco, incluindo:

4.1.5.1. Marca e modelo;

4.1.5.2. Dimensões;

4.1.5.3.Índice de carga e velocidade;

4.1.5.4. Código DOT (semana e ano de fabricação).

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 (cinco)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Palácio da Polícia Civil, na rua Brigadeiro Tobias, 527, 5º andar, Centro, São Paulo/Capital, CEP 01032-902, e as entregas deverão ser previamente agendadas junto ao Núcleo de Suprimentos, Patrimônio e Subfrota, pelo telefone (11) 3311-3416 ou através de e-mail para o endereço suprimentos.dhpp@policiacivil.sp.gov.br.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez)** dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. **O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.**

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. **O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.**

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **com entrega imediata.**

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de sociedade simples;
- 8.19. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

- 8.20. Tratando-se de consórcio:

8.20.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.20.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.20.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.20.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.21. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.21.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.21.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.21.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.21.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.21.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.21.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.21.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL 2025	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Pneumatico para Automovel; leve; construção radial; estrutura normal; dimensões 185/65r15; aro 15 ; capacidade de carga Ic 88, vel. H, resist. ao rolamento "b", aderência piso molhado "c", nível ruído externo de até 71db; novo (primeira Vida), com certificado compulsória Inmetro, Port. 544/12, e com programa brasileiro de etiquetagem.	275585	Unidade	64	530,16	33.930,24
2	Pneumatico para Automovel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 175/65 R14; Aro 14 , Resistência Ao Rolamento C, Aderência Em Pisomolhado C, Nível de Ruído 72db; Capacidade de Carga Ic 82, Velocidade "t"; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544/12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem de Pneus;	344268	Unidade	32	410,97	13.151,04
3	Pneumatico para Utilitario; Dimensões 265/60r18 ; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 18; Ic 112 T, Resistência Ao Rolamento "c", Aderência pista Molhada "c", Ruído 74; Treadwear 600 ou superior; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544/12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	617720	Unidade	24	1220,84	29.300,16
4	Pneumatico para Utilitario; Dimensões 215/65 r16 ; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 16; Ic 98 T, Resistência Ao Rolamento "c", Aderência pista Molhada "c", Ruído 74; Treadwear 340 ou superior; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544/12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	617719	Unidade	16	824,40	13.190,40
5	Pneumatico para Automovel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 195/55r16 ; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 91 V, Resistência a Rolamento "b", Aderência Pista Molhada "c", Ruído 74db; Treadwear 300 ou superior; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	446723	Unidade	20	749,94	14.998,80
6	Pneumatico ; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 235/75 r15; Aro 15 ; Capacidade de Carga Ic 91; índice de velocidade S, Resistência a Rolamento "e", Aderência Pista Molhada "c", Ruído 74db; Treadwear 300 ou superior; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	362570	Unidade	19	839,89	15.957,91
7	Pneumatico para Utilitario; Dimensões 215/60 r17 ; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 17; Ic 96 índice de velocidade H ou superior, Resistência Ao Rolamento "c", Aderência pista Molhada "c", Ruído 74; Treadwear 500 ou superior; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544 /12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	630854	Unidade	20	1.466,45	29.329,00
8	Pneumatico ; Construção Radial; Estrutura normal; Dimensões 205/55 r16; Aro 16 ; Capacidade de Carga Ic 91; índice de velocidade V, Resistência a Rolamento "c", Aderência Pista Molhada "c", Ruído 74db; Treadwear 340 ou superior; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	275418	Unidade	20	591,31	11.826,20
9	Pneumatico ; Construção Radial; Estrutura normal; Dimensões 205/60 r15; Aro 15 ; Capacidade de Carga Ic 91; índice de velocidade H, Resistência a Rolamento "c", Aderência Pista Molhada "c", Ruído 74db; Treadwear 340 ou superior; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	625380	Unidade	8	977,00	7.816,00
10	Bateria Automotiva ; tensão nominal: 12 V; capacidade nominal: 90 AH, Cca 710 (no mínimo); positivo lado direito; terminal polo arredondado, dimensão: comp. 320mm x larg. 171mm x Alt. 226mm (tolerância de 2%); selada, livre de manutenção; peça fabricante genuína de uma montadora de veículos, 1ª linha; garantia de 24 meses; deve atender à norma ABNT Nbr 15940 de 2019 e estar em conformidade com a Resolução Conama Nr. 401 de 04/11/2008.	245348	Unidade	4	1.102,30	4.409,20
	Bateria Auxiliar de Partida (Jump Starter) ; tensão nominal: 12 V; corrente de partida: 500 A (no mínimo); indicado para partida emergencial de veículos leves com bateria de 12 V; bateria interna recarregável, selada, livre de manutenção; cabos de partida com garras tipo jacaré, isoladas e de alta resistência; sistema de					

11	proteção contra inversão de polaridade, curto-circuito, sobrecarga e superaquecimento; indicador de nível de carga da bateria (analógico ou digital); recarga em rede elétrica bivolt (127/220 V) e/ou por adaptador veicular 12 V; possuir, no mínimo, 1 saída auxiliar 12 V tipo acendedor automotivo ou porta USB; estrutura em material resistente a impactos, com alça para transporte; cabo de alimentação para recarga; garantia mínima de 12 meses; com identificação de marca, modelo e características técnicas no corpo do equipamento; deverá atender às normas de segurança elétrica aplicáveis no Brasil,	636722	Unidade	25	915,91	22.897,75
----	---	--------	---------	----	--------	-----------

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 196.806,70 (cento e noventa e seis mil, oitocentos e seis reais e setenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **00001/180128 - Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa;**

II) Fonte de Recursos: **275950003;**

III) Programa de Trabalho: **06.181.1801.4989.0000;**

IV) Elemento de Despesa: **449052;**

V) Plano Interno: **000.000.0100.**

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, na data da assinatura digital.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Eleve-se à consideração da Autoridade Competente.

TANIA FLAVIA NAGASHIMA SIMONAKA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 16:33:40.

Despacho: Satisfeitos os critérios de conveniência e oportunidade, à vista da justiça do pleito, aprovo para os devidos fins. Encaminhe-se ao Núcleo de Suprimentos para prosseguimento.

IVALDA OLIVEIRA ALEIXO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 16:33:49.

ESP-DEPTO.ESTADUAL HOMIC. E PROTECAO A PESSOA

Estudo Técnico Preliminar 5/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00023702/2026-15

2. Descrição da necessidade

Atualmente, exercem suas funções neste Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) 425 (quatrocentos e vinte e cinco) servidores públicos, entre policiais civis e administrativos, responsáveis pelo exercício das atividades de polícia judiciária na apuração da autoria de crimes contra a pessoa, de intolerância, contra a vida da criança e do adolescente, contra a dignidade sexual de vulneráveis; pela execução de atividades de preservação da integridade de testemunhas, acusados e vítimas supérstites, ameaçadas; de serviços de prevenção e repressão aos crimes praticados contra a pessoa com deficiência, além de localizar pessoas desaparecidas, bem como, as atividades administrativas que lhes são correlatas.

Importa consignar que com a edição do Decreto nº 69.189, de 18 de dezembro de 2024, a 6ª Delegacia de Polícia de Proteção à Pessoa com Deficiência foi incorporada à estrutura do Departamento, que conta com duas divisões operacionais, onze delegacias, doze equipes, um plantão ininterrupto, o Programa BEM-ME-QUER, transferido através da Resolução SSP-57, de 9 de outubro de 2024, além de toda a estrutura administrativa correspondente.

A subfrota de veículos do DHPP é composta de 282 (duzentos e oitenta e dois) veículos diversificados, motocicletas, automóveis de passeio e utilitários, de marcas, modelos e anos de fabricação distintos, que atendem a todas as suas unidades.

A Administração Pública tem o dever inerente de prover os meios e recursos necessários ao regular desenvolvimento de suas atividades, assegurando aos agentes públicos condições mínimas para o regular desenvolvimento de atribuições, como a manutenção de um ambiente de trabalho digno e salubre, equipamentos de trabalho, desde armas de fogo e munição, viaturas, móveis, computadores, água e energia elétrica, acesso à internet, água mineral, sabonete, papel higiênico, papel para impressão, caneta, cola, entre tantos outros itens indispensáveis.

Na oportunidade, trata-se da recomposição do estoque de pneus e baterias automotivas para as viaturas policiais, viabilizando sua substituição quando demandada ao longo do exercício, assegurando a preservação do investimento e patrimônio público, evitando solução de continuidade aos relevantes serviços prestados em decorrência da indisponibilidade do insumo, contribuindo ainda para a incolumidade física dos policiais e passageiros, bem como, do trânsito em geral, fomentando a manutenção de uma boa imagem institucional.

A garagem do Núcleo de Suprimentos, Patrimônio e Subfrota mantém um almoxarifado apto a acondicionar os materiais destinados ao atendimento da demanda no exercício.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Suprimentos, Patrimônio e Subfrota	Marcia Gomes
Núcleo de Suprimentos, Patrimônio e Subfrota	Jose Augusto Costantini Rezende

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os materiais cuja aquisição de se pretende são de natureza comum, consoante disposto no inc. XIII do art. 6º da Lei federal nº 14.133/2021.

“Art. 6º. [...] XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

Bem assim, estabelece o inc. XLI do mesmo artigo que o pregão é a modalidade licitatória obrigatória para a aquisição de “bens e serviços comuns”, assim definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Não havendo necessidade de exigência de requisitos específicos para a pretensa contratação.

O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

Trata-se, ainda, de contratação para execução de objeto por escopo e o prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias, contados da emissão da nota de empenho. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 08/05/2025.

Conforme as orientações consolidadas da Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral da PGE, nos termos do despacho da Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral que examinou o Parecer CJ/SAP nº 81/2024 , admite-se a substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil (por exemplo, emissão de nota de empenho), na forma do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021:

- (i) no caso de licitação com fundamento nessa Lei que não se enquadre no inciso II do art. 95, se o valor da contratação for inferior aos limites dos incisos I e II do caput do art. 75 do mesmo diploma legal;
- (ii) no caso de licitação para compra com entrega imediata dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

Dessa feita, a formalização da contratação ocorrerá por meio de instrumento diverso do termo de contrato, na hipótese, pela emissão de nota de empenho, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, por conseguinte:

- toda a disciplina da vigência contratual que consta da cláusula segunda do modelo de minuta de contrato correspondente deverá ser incluída no Termo de Referência.
- a disciplina sobre reajustamento de preços e sobre prazo para resposta a pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro que constam do modelo de minuta de contrato correspondente deverá ser incluída no Termo de Referência.

O fornecimento dos materiais deverá ser com entrega imediata e em parcela única, no prazo de 20 (vinte) dias, na Garagem do Núcleo de Suprimentos, Patrimônio e Subfrota da Divisão de Administração, à rua Tomaz Carvalhal, 1030, Paraíso, São Paulo/SP, CEP 04006-003, dentro da Zona de Máxima Restrição de Circulação - ZMRC estabelecida pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

Os materiais pleiteados são de baixa complexidade, produzidos em larga escala por inúmeros fabricantes nacionais e internacionais, com farta disponibilidade no mercado nacional, tanto no atacado como no varejo, dessa feita, não se verifica necessidade de exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de garantia exigido é o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5. Levantamento de Mercado

No levantamento de mercado foi realizada a prospecção de contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, a pesquisa, no entanto, não resultou na identificação de estratégia diversa da ora propalada.

6. Descrição da solução como um todo

Aquisição de materiais de consumo (pneus e baterias), com entrega imediata, na seguinte conformidade:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT
1	Pneumatico para Automovel; leve; construção radial; estrutura normal; dimensões 185 /65r15; aro 15 ; capacidade de carga Ic 88 ou superior, vel. H ou superior, resist. ao rolamento mínima "B", aderência piso molhado mínima "C", nível ruído externo de até 71db; Treadwear mínimo 280; novo (primeira Vida), com certificado compulsória Inmetro, Port. 544/12, e com programa brasileiro de etiquetagem.	275585
2	Pneumatico para Automovel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 175 /65 R14; Aro 14 , Resistência Ao Rolamento mínima "C", Aderência Em Piso molhado mínima "B", Nível de Ruído de até 72db; Capacidade de Carga Ic 82 ou superior, Velocidade "t" ou superior; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544/12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem de Pneus;	344268
3	Pneumatico para Utilitario; Dimensões 265/60r18 ; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 18; Ic 112 índice de velocidade T ou superior, Resistência Ao Rolamento mínima "C", Aderência pista Molhada mínima "B", Ruído de até 74db; Treadwear 360 ou superior; Novo	617720

	(primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544/12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	
4	Pneumatico para Utilitario; Dimensoes 215/65 r16 ; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 16; Ic 98 ou superior; índice de velocidade T ou superior, Resistencia Ao Rolamento mínimo "C", Aderencia pista Molhada mínimo "B", Ruido de até 74db ; Treadwear 340 ou superior; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544/12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	617719
5	Pneumatico para Automovel Leve; Construção Radial; Estrutura Reforcado; Dimensoes 195/55r16 ; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 91 ou superior; índice de velocidade V ou superior, Resistencia a Rolamento mínimo "C", Aderencia Pista Molhada mínimo "B", Ruido de até 72db; Treadwear 300 ou superior; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	446723
6	Pneumatico ; Construção Radial; Estrutura Reforcado; Dimensoes 235/75r15 ; Aro 15 ; Capacidade de Carga Ic 91 ou superior; índice de velocidade S ou superior, Resistencia a Rolamento mínimo "E", Aderencia Pista Molhada mínimo "C", Ruido de até 74db; Treadwear 300 ou superior; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	362570
7	Pneumatico para Utilitario; Dimensoes 215/60 r17 ; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 17; Ic 96 índice de velocidade H ou superior, Resistencia Ao Rolamento mínimo "C", Aderencia pista Molhada mínimo "B", Ruido de até74; Treadwear 360 ou superior; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544/12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	630854
8	Pneumatico ; Construção Radial; Estrutura normal; Dimensoes 205/55 r16 ; Aro 16 ; Capacidade de Carga Ic 91 ou superior; índice de velocidade V ou superior, Resistencia a Rolamento mínimo "C", Aderencia Pista Molhada mínimo "B", Ruido de até 74db; Treadwear 320 ou superior; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	275418
9	Pneumatico ; Construção Radial; Estrutura normal; Dimensoes 205/60 r15 ; Aro 15 ; Capacidade de Carga Ic 91 ou superior; índice de velocidade H ou superior, Resistencia a Rolamento mínimo "E", Aderencia Pista Molhada mínimo "C", Ruido de até 74db; Treadwear 340 ou superior; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	625380
10	Bateria Automotiva ; tensão nominal: 12 V; capacidade nominal: 90 AH, Cca 710 (no mínimo); positivo lado direito; terminal polo arredondado, dimensão: comp. 320mm x larg. 171mm x Alt. 226mm (tolerância de 2%); selada, livre de manutenção; peça fabricante genuína de uma montadora de veículos, 1ª linha; garantia de 24 meses; deve atender à norma ABNT Nbr 15940 de 2019 e estar em conformidade com a Resolução Conama Nr. 401 de 04 /11/2008.	245348
11	Bateria Auxiliar de Partida (Jump Starter) ; tensão nominal: 12 V; corrente de partida: 500 A (no mínimo); indicado para partida emergencial de veículos leves com bateria de 12 V; bateria interna recarregável, selada, livre de manutenção; cabos de partida com garras tipo jacaré, isoladas e de alta resistência; sistema de proteção contra inversão de polaridade, curto-circuito, sobrecarga e sobreaquecimento; indicador de nível de carga da bateria (analógico ou digital); recarga em rede elétrica bivolt (127/220 V) e/ou por adaptador veicular 12 V; possuir, no mínimo, 1 saída auxiliar 12 V tipo acendedor automotivo ou porta USB; estrutura em material resistente a impactos, com alça para transporte; cabo de alimentação para recarga; garantia mínima de 12 meses; com identificação de marca, modelo e características técnicas no corpo do equipamento; deverá atender às normas de segurança elétrica aplicáveis no Brasil,	636722

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL 2026	QTDE TOTAL 2025	QTDE TOTAL 2024
	Pneumatico para Automovel; leve; construção radial; estrutura normal; dimensões 185/65r15 ; aro 15 ; capacidade de carga Ic 88 ou					

1	superior, vel. H ou superior, resist. ao rolamento mínima "B", aderência piso molhado mínima "C", nível ruído externo de até 71db; Treadwear mínimo 280; novo (primeira Vida), com certificado compulsória Inmetro, Port. 544/12, e com programa brasileiro de etiquetagem.	275585	Unidade	64	52 (2025NE00355)	32 (2024NE00080)
2	Pneumatico para Automovel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 175/65 R14; Aro 14 , Resistência Ao Rolamento mínima "C", Aderência Em Piso molhado mínima "B", Nível de Ruído de até 72db; Capacidade de Carga Ic 82 ou superior, Velocidade "t" ou superior; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544 /12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem de Pneus;	344268	Unidade	32	60 (2025NE00148)	88 (2024NE00081 e 2024NE00451)
3	Pneumatico para Utilitário; Dimensões 265/60r18 ; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 18; Ic 112 índice de velocidade T ou superior, Resistência Ao Rolamento mínima "C", Aderência pista Molhada mínima "B", Ruído de até 74db; Treadwear 360 ou superior; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544/12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	617720	Unidade	24	0	0
4	Pneumatico para Utilitário; Dimensões 215/65 r16 ; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 16; Ic 98 ou superior; índice de velocidade T ou superior, Resistência Ao Rolamento mínimo "C", Aderência pista Molhada mínimo "B", Ruído de até 74db ; Treadwear 340 ou superior; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544/12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	617719	Unidade	16	0	0
5	Pneumatico para Automovel Leve; Construção Radial; Estrutura Reforcado; Dimensões 195/55r16 ; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 91 ou superior; índice de velocidade V ou superior, Resistência a Rolamento mínimo "C", Aderência Pista Molhada mínimo "B", Ruído de até 72db; Treadwear 300 ou superior; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	446723	Unidade	20	32 (2025NE00150)	16 (2024NE00079)

6	Pneumatico; Construção Radial; Estrutura Reforcado; Dimensões 235/75r15; Aro 15; Capacidade de Carga Ic 91 ou superior; índice de velocidade S ou superior, Resistência a Rolamento mínimo "E", Aderência Pista Molhada mínimo "C", Ruído de até 74db; Treadwear 300 ou superior; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	362570	Unidade	19	0	0
7	Pneumatico para Utilitário; Dimensões 215/60 r17; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 17; Ic 96 índice de velocidade H ou superior, Resistência Ao Rolamento mínimo "C", Aderência pista Molhada mínimo "B", Ruído de até 74; Treadwear 360 ou superior; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544/12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	630854	Unidade	20	0	0
8	Pneumatico; Construção Radial; Estrutura normal; Dimensões 205 /55 r16; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 91 ou superior; índice de velocidade V ou superior, Resistência a Rolamento mínimo "C", Aderência Pista Molhada mínimo "B", Ruído de até 74db; Treadwear 320 ou superior; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	275418	Unidade	20	0	0
9	Pneumatico; Construção Radial; Estrutura normal; Dimensões 205 /60 r15; Aro 15; Capacidade de Carga Ic 91 ou superior; índice de velocidade H ou superior, Resistência a Rolamento mínimo "E", Aderência Pista Molhada mínimo "C", Ruído de até 74db; Treadwear 340 ou superior; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	625380	Unidade	8	0	0
10	Bateria Automotiva; tensão nominal: 12 V; capacidade nominal: 90 AH, Cca 710 (no mínimo); positivo lado direito; terminal polo arredondado, dimensão: comp. 320mm x larg. 171mm x Alt. 226mm (tolerância de 2%); selada, livre de manutenção; peça fabricante genuína de uma montadora de	245348	Unidade	4	0	0

	veículos, 1ª linha; garantia de 24 meses; deve atender à norma ABNT Nbr 15940 de 2019 e estar em conformidade com a Resolução Conama Nr. 401 de 04/11/2008.					
11	Bateria Auxiliar de Partida (Jump Starter); tensão nominal: 12 V; corrente de partida: 500 A (no mínimo); indicado para partida emergencial de veículos leves com bateria de 12 V; bateria interna recarregável, selada, livre de manutenção; cabos de partida com garras tipo jacaré, isoladas e de alta resistência; sistema de proteção contra inversão de polaridade, curto-circuito, sobrecarga e sobreaquecimento; indicador de nível de carga da bateria (analógico ou digital); recarga em rede elétrica bivolt (127 /220 V) e/ou por adaptador veicular 12 V; possuir, no mínimo, 1 saída auxiliar 12 V tipo acendedor automotivo ou porta USB; estrutura em material resistente a impactos, com alça para transporte; cabo de alimentação para recarga; garantia mínima de 12 meses; com identificação de marca, modelo e características técnicas no corpo do equipamento; deverá atender às normas de segurança elétrica aplicáveis no Brasil,	636722	Unidade	25	0	0

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 196.806,70

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL 2025	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Pneumatico para Automovel; leve; construção radial; estrutura normal; dimensões 185/65r15; aro 15 ; capacidade de carga Ic 88, vel. H, resist. ao rolamento "b", aderência piso molhado "c", nível ruído externo de até 71db; novo (primeira Vida), com certificado compulsória Inmetro, Port. 544/12, e com programa brasileiro de etiquetagem.	275585	Unidade	64	530,16	33.930,24
	Pneumatico para Automovel Leve; Construcão Radial; Estrutura Normal; Dimensoes 175/65 R14; Aro 14,					

2	Resistencia Ao Rolamento C, Aderencia Em Pisomolhado C, Nivel de Ruído 72db; Capacidade de Carga Ic 82, Velocidade "t"; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544 /12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem de Pneus;	344268	Unidade	32	410,97	13.151,04
3	Pneumatico para Utilitario; Dimensoes 265/60r18 ; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 18; Ic 112 T, Resistencia Ao Rolamento "c", Aderencia pista Molhada "c", Ruído 74; Treadwear 600 ou superior; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544 /12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	617720	Unidade	24	1220,84	29.300,16
4	Pneumatico para Utilitario; Dimensoes 215/65 r16 ; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 16; Ic 98 T, Resistencia Ao Rolamento "c", Aderencia pista Molhada "c", Ruído 74; Treadwear 340 ou superior; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544 /12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	617719	Unidade	16	824,40	13.190,40
5	Pneumatico para Automovel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensoes 195/55r16 ; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 91 V, Resistencia a Rolamento "b", Aderencia Pista Molhada "c", Ruído 74db; Treadwear 300 ou superior; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	446723	Unidade	20	749,94	14.998,80
6	Pneumatico ; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensoes 235/75 r15 ; Aro 15 ; Capacidade de Carga Ic 91; índice de velocidade S, Resistencia a Rolamento "e", Aderencia Pista Molhada "c", Ruído 74db; Treadwear 300 ou superior; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	362570	Unidade	19	839,89	15.957,91
	Pneumatico para Utilitario; Dimensoes 215/60 r17 ; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 17; Ic 96 índice					

7	de velocidade H ou superior, Resistencia Ao Rolamento "c", Aderencia pista Molhada "c", Ruido 74; Treadwear 500 ou superior; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro, Port. 544 /12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	630854	Unidade	20	1.466,45	29.329,00
8	Pneumatico; Construção Radial; Estrutura normal; Dimensoes 205/55 r16; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 91; índice de velocidade V, Resistencia a Rolamento "c", Aderencia Pista Molhada "c", Ruido 74db; Treadwear 340 ou superior; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	275418	Unidade	20	591,31	11.826,20
9	Pneumatico; Construção Radial; Estrutura normal; Dimensoes 205/60 r15; Aro 15; Capacidade de Carga Ic 91; índice de velocidade H, Resistencia a Rolamento "c", Aderencia Pista Molhada "c", Ruido 74db; Treadwear 340 ou superior; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsoria Inmetro Port. 544 /12, Com Programa Brasileiro de Etiquetagem;	625380	Unidade	8	977,00	7.816,00
10	Bateria Automotiva; tensão nominal: 12 V; capacidade nominal: 90 AH, Cca 710 (no mínimo); positivo lado direito; terminal polo arredondado, dimensão: comp. 320mm x larg. 171mm x Alt. 226mm (tolerância de 2%); selada, livre de manutenção; peça fabricante genuína de uma montadora de veículos, 1ª linha; garantia de 24 meses; deve atender à norma ABNT Nbr 15940 de 2019 e estar em conformidade com a Resolução Conama Nr. 401 de 04/11/2008.	245348	Unidade	4	1.102,30	4.409,20
	Bateria Auxiliar de Partida (Jump Starter); tensão nominal: 12 V; corrente de partida: 500 A (no mínimo); indicado para partida emergencial de veículos leves com bateria de 12 V; bateria interna recarregável, selada, livre de manutenção; cabos de partida com garras tipo jacaré, isoladas e de alta resistência; sistema de proteção contra inversão de polaridade, curto-					

11	circuito, sobrecarga e sobreaquecimento; indicador de nível de carga da bateria (analógico ou digital); recarga em rede elétrica bivolt (127 /220 V) e/ou por adaptador veicular 12 V; possuir, no mínimo, 1 saída auxiliar 12 V tipo acendedor automotivo ou porta USB; estrutura em material resistente a impactos, com alça para transporte; cabo de alimentação para recarga; garantia mínima de 12 meses; com identificação de marca, modelo e características técnicas no corpo do equipamento; deverá atender às normas de segurança elétrica aplicáveis no Brasil,	636722	Unidade	25	915,91	22.897,75
----	--	--------	---------	----	--------	-----------

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em que pese o disposto no art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021 que prevê que as licitações devem atender ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (inciso V, alínea “b”), os materiais ora pleiteados, apesar de divisíveis, não comportam parcelamento que ensejasse vantagem econômica, além de se mostrar tecnicamente inviável, em razão do déficit de recursos humanos experimentado pela Polícia Civil, que exige a otimização e racionalização das atividades para aprimorar a eficiência do serviço público e evitar solução de continuidade aos relevantes servidos prestados, uma vez que a divisão que exige a realização de diversos certames, com seus riscos e desdobramentos, gestão de vários contratos, pagamentos, etc.

As quantidades estimadas dos materiais não são significativas, assim como os preços, e as entregas serão únicas e imediatas pois há espaço físico adequado e suficiente para acondicioná-los, facilitando a gestão do almoxarifado e permitindo que os servidores realizem outras contratações igualmente necessárias.

Há vasta oferta desses materiais no mercado, ficando assegurada a ampla competitividade entre os fornecedores, inclusive com preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da LC nº 123/2006.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há previsão de contratação correlata ou interdependente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **446377800000127-0-000083/2026;**

II) Data de publicação no PNCP: **16/06/2025;**

III) Id do item no PCA: **41 e 90;**

IV) Classe/Grupo: **6140- BATERIAS RECARREGÁVEIS e 2610 - PNEUS E CÂMARAS DE AR, EXCETO OS DE AERONAVES;**

V) Identificador da Futura Contratação: **180128-6/2026.**

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se com a contratação proposta assegurar a prestação dos serviços essenciais desenvolvidos por este Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa - DHPP, evitando solução de continuidade decorrente da indisponibilidade de recursos materiais suficientes para tanto, bem como, preservar o investimento e o patrimônio público, com o melhor aproveitamento dos veículos, aumentando sua vida útil, provendo, por conseguinte, aos condutores, passageiros e ao trânsito em geral mais segurança, bem como, fortalecendo ainda a imagem institucional.

13. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O principal impacto ambiental decorrente da pretensa contratação é o gerado pelo descarte dos inservíveis, que deverá observar as diretrizes vigentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROGERIO BERGAMO GAMA ROSS

Requisitante



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 08:19:14.

Despacho: A contratação proposta mostra-se adequada ao atendimento da necessidade a que se destina. Satisfeitos os critérios de conveniência e oportunidade e da justiça do pleito encaminhe-se ao NSPS/DA.

IVALDA OLIVEIRA ALEIXO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 15:26:12.



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2024NE

UG									
Gestão									
Data de Emissão									
CNPJ/CPF/UG									
Credor									
Endereço									
Cidade						UF		CEP	
Origem Material	1								

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES

No Processo		Acordo			
Tipo de Empenho		Ref Dispensa			
Licitação		Modalidade			
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC	

Valor do Empenho R\$					
----------------------	--	--	--	--	--

Cronograma				
		Mês	Valor	

Sequência		Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	MARCA
1	Pneu 185/65 R15	275585	Unidade	64			
2	Pneu 175/65 R14	344268	Unidade	32			
3	Pneu 165/60 R18	617720	Unidade	24			
4	Pneu 215/65 R16	617719	Unidade	16			
5	Pneu 195/55 R16	446723	Unidade	20			
6	Pneu 235/75 R15	362570	Unidade	19			
7	Pneu 215/60 R17	630854	Unidade	20			
8	Pneu 205/55 R16	275418	Unidade	20			
9	Pneu 205/60 R15	625380	Unidade	8			
10	Bateria Automotiva 90Ah	245348	Unidade	4			
11	Auxiliar de partida 12v	636722	Unidade	25			

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



Governo do Estado de São Paulo
Polícia Civil do Estado de São Paulo
DHPP

PLANILHA DE PESQUISA DE PREÇOS

Nº do Processo: 058.00023702/2026-15

Interessado: PCSP-DHPP-Protocolo

Assunto: DHPP 14/2026 - Aquisição de material de consumo (pneus e baterias).

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
Nº	ITEM	CATMAT	Unidade medida	QDE	Data do orçamento	Nome Fornecedor	CNPJ	Valor Unitário (R\$)	Valor Médio Unitário (R\$)	Valor Médio Total (R\$)
1	Pneu 185/65 R15	275585	Unidade	64	06-04-2026	Guaporé	78.776.267/0001-62	522,49	530,16	33.930,24
					06-04-2026	Pense Pneus	34.593.289/0001-11	568,09		
					06-04-2026	Pneufree	11.891.896/0001-62	499,90		
2	Pneu 175/65 R14	344268	Unidade	32	06-04-2026	Achei Pneus	05.326.792/0001-02	414,66	410,97	13.151,04
					06-04-2026	Pense Pneus	34.593.289/0001-11	443,12		
					06-04-2026	Pneufree	11.891.896/0001-62	375,12		
3	Pneu 165/60 R18	617720	Unidade	24	10-04-2026	Michelin	11.891.896/0001-62	1.100,00	1220,84	29.300,16
					10-04-2026	Pense Pneus	34.593.289/0001-11	1.284,84		
					10-04-2026	Pneustore	10.158.356/0001-01	1.277,67		
4	Pneu 215/65 R16	617719	Unidade	16	10-04-2026	Pneustore	10.158.356/0001-01	833,22	824,40	13.190,40
					10-04-2026	Michelin	11.891.896/0001-62	749,00		
					10-04-2026	Itacua Pneus	52.084.225/0001-77	890,98		
5	Pneu 195/55 R16	446723	Unidade	20	10-04-2026	Michelin	11.891.896/0001-62	679,00	749,94	14.998,80
					10-04-2026	Itacua Pneus	52.084.225/0001-77	815,39		
					10-04-2026	Pneustore	10.158.356/0001-01	755,44		
					10-04-2026	Pneustore	10.158.356/0001-01	874,89		

6	Pneu 235/75 R15	362570	Unidade	19	10-04-2026	Achei Pneus	05.326.792/0001-02	874,89	839,89	15.957,91
					10-04-2026	Pneufree	11.891.896/0001-62	769,90		
7	Pneu 215/60 R17	630854	Unidade	20	10-04-2026	Casas Bahia	33.041.260/0652-90	1.446,14	1.466,45	29.329,00
					10-04-2026	Michelin	11.891.896/0001-62	1.420,00		
					10-04-2026	Pneustore	10.158.356/0001-01	1.533,22		
8	Pneu 205/55 R16	275418	Unidade	20	10-04-2026	Michelin	11.891.896/0001-62	529,00	591,31	11.826,20
					10-04-2026	Pneustore	10.158.356/0001-01	599,89		
					10-04-2026	Itacua Pneus	52.084.225/0001-77	645,05		
9	Pneu 205/60 R15	625380	Unidade	8	10-04-2026	Pneustore	10.158.356/0001-01	988,78	977,00	7.816,00
					10-04-2026	Michelin	11.891.896/0001-62	889,00		
					10-04-2026	Casas Bahia	33.041.260/0652-90	1.053,22		
10	Bateria Automotiva 90Ah	245348	Unidade	4	10-04-2026	Mercadocar	43.158.302/0001-03	1.049,90	1.102,30	4.409,20
					10-04-2026	Garagem das baterias	39.778.588/0001-44	980,00		
					10-04-2026	Posto das Baterias	23.568.343/0001-52	1.277,01		
11	Auxiliar de partida 12v	636722	Unidade	25	28-04-2026	Loja do mecânico	29.302.348/0001-15	907,67	915,91	22.897,75
					28-04-2026	Dutra Máquinas	50.970.342/0001-02	909,88		
					28-04-2026	Fermaquinas	68.452.762/0001-62	930,19		
Total: R\$ 196.806,70										

Esta planilha orçamentária foi elaborada de acordo com o artigo 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e com o artigo 3º, inciso IV, do Decreto Estadual de São Paulo nº 67.888, de 17 de agosto de 2023, abrangendo o orçamento de três fornecedores

A aferição do preço total estimado foi feita a partir da cotação obtida com fornecedores em pesquisa direta, nos termos do inc. II do § 1º do art. 23 da NLLC c.c. o inc. II do art. 3º do Decreto estadual nº 67.888/2023, e o cálculo matemático empregado adotado foi a média aritmética, conforme o art. 4º, do mesmo regulamento.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Glaucus M. F. Lima
Agente de Contratação



Documento assinado eletronicamente por **Glaucus Martins Figueiredo Lima, Agente de Telecomunicações Policial - 1a Classe**, em 08/05/2026, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0104018081** e o código CRC **9D50EEBC**.